

Apresentação

Com o recente declínio dos Estados Unidos como potência hegemônica, a humanidade entrou em um raro momento histórico, caracterizado pela ausência de hegemonia: esse período é chamado de interregno hegemônico e distinguido pela intensa competição interestadual, o aumento da rivalidade entre os setores empresariais e o crescimento de conflitos sociais, os quais são elementos das chamadas crises sistêmicas. Visando refletir acerca dessa conjuntura histórica, a *Brazilian Journal of International Relations* (BJIR) em seu volume 7, número 3, nos brinda com o dossiê “*Hegemonia, disputas hegemônicas e interregno hegemônico. Resistências da ordem americana, desafios para os concorrentes pares*”. Este número especial da revista concentra-se na intensa competição interestatal, que tem como principais atores o *ex-hegemon*, que busca preservar o seu *status quo*; as potências emergentes, que se posicionam como competidoras e buscam implementar políticas revisionistas; e as grandes potências anteriores – antigos aliados do poder hegemônico e muitas vezes decadentes – que tendem a repensar seus compromissos para conseguir prevalecer nesse contexto de caos sistêmico. Desse modo, o dossiê é composto por artigos que estudam temas, atores ou áreas geográficas que estão sendo afetados e questionados pelo atual contexto histórico em que – parafraseando Marshall Berman – “tudo o que está em ordem se derrete em interregno hegemônico”.

Nesse sentido, no primeiro artigo “*Ciclos Hegemônicos e Ideología: Implicaciones para la Gobernanza Internacional*”, Daniel Morales Ruvalcaba apresenta um quadro geral para o estudo das ideologias que norteiam o comportamento de um Estado hegemônico. A hipótese levantada por Morales Ruvalcaba é que as hegemônias passam por cinco fases durante sua existência (emergência, desenvolvimento, apogeu, declínio e extinção) e, durante cada uma delas, o Estado hegemônico assume ideologias específicas que orientam seu comportamento internacional. A implicação disso é que, à medida que seu poder nacional evolui e o *hegemon* se move de uma fase para outra, ele tende a mudar ideologicamente, abandonando ideias anteriores e assumindo novas, todas discordantes e criticadas por outros Estados. Assim, o fim de um ciclo hegemônico evidencia contradições sistêmicas e exacerba as posições e ideologias dos principais atores.

Continuando com a reflexão teórica, no artigo “*Balancing in unipolarity: who is afraid of balance of power?*”, Augusto César Dall'Agnol analisa as implicações da unipolaridade para o funcionamento do equilíbrio. Para tanto, discute a dinâmica da teoria do equilíbrio de poder, assumida como inoperante no período pós-Guerra Fria pelos principais debates acadêmicos

sobre unipolaridade, como: i) estabilidade unipolar; ii) equilíbrio de ameaças; iii) *soft balancing*; iv) institucionalismo liberal. Dall'Agnol argumenta que essas abordagens, incluindo a perspectiva da ilusão unipolar, ligadas à teoria do equilíbrio de poder, superestimam os efeitos da unipolaridade no equilíbrio do comportamento de outros estados. O autor assume que as questões relacionadas ao momento unipolar estão diretamente ligadas às discussões sobre o interregno hegemônico e suas conclusões são relevantes para o estudo das estratégias disponíveis tanto para os Estados Unidos quanto para os seus principais concorrentes.

No entanto, a América Latina é possivelmente uma das áreas mais afetadas pelo declínio hegemônico dos Estados Unidos. Mas de que maneira nossa região pode contribuir para o estudo do interregno hegemônico? Luis L. Schenoni, com seu artigo “*Argentina e Brasil: lições de uma transição hegemônica sul-americana*”, considera que a natureza pacífica e cooperativa da transição de poder regional argentino-brasileira representa um enigma interessante para as atuais teorias estruturalistas que antecipam crescentes tensões. Schenoni utiliza a técnica de rastreamento de processos para demonstrar que a principal reviravolta cooperativa nessa relação ocorreu entre o final da década de 1970 e o início da década de 1990, e concluiu, ao contrário da narrativa predominante, que a cooperação entre a Argentina e o Brasil não foi produto da democratização, mas que a transição pacífica ocorreu porque os custos do confronto eram altos e as coalizões de política externa foram redefinidas no estado em declínio.

As diretrizes acima ajudam a visualizar os principais atores desse interregno hegemônico: os Estados Unidos e a China. Em “*A concepção de excepcionalidade na consciência social de Estados Unidos e China como elemento para a reflexão sobre disputas hegemônicas*”, Marcos Cordeiro Pires e Thaís Caroline Lacerda Mattos buscam refletir sobre o contexto de uma eventual disputa hegemônica entre Estados Unidos e China. Entretanto, ao invés de traçar um cenário prospectivo, tratam de levantar elementos históricos da formação de ambas as sociedades com vistas a delinear as bases das atuais estratégias internacionais de cada país. Importante característica comum entre ambas é que tanto Estados Unidos quanto China se veem como excepcionais, resultado de virtudes e de condições históricas específicas que moldaram cada sociedade, como a perspectiva dos Estados Unidos de um “Destino Manifesto” – Manifest Destiny, uma visão missionária e religiosa sobre seu papel na ordem mundial, ou no caso da China, uma civilização milenar autocentrada e pacífica, construída sob o princípio imperial de “Tudo sob o Céu” – Tianxia 天下, na qual o imperador chinês exercia o seu mandato celestial por meio da virtude e da benevolência sobre o povo Han e os povos vassallos de todo o mundo.

Continuando com a potência asiática, o artigo “*Hegemonia ou governança global compartilhada. O que a China pensa?*”, de Luís Antonio Paulino, procura confrontar a visão tradicional do Ocidente, desde o Tratado de Vestfália, em 1648, que postula que a ascensão de uma potência emergente desaguaria num inevitável confronto entre os dois países na disputa pela hegemonia mundial, neste caso entre Estados Unidos e China. Entretanto, os chineses refutam esta lógica ao afirmarem que não é da natureza da China buscar a hegemonia, pois o país poderia alcançar o desenvolvimento sem buscar a hegemonia dado que a busca da hegemonia seria um convite para sua própria destruição. Assim, para os chineses, o atual sistema de governança global pelo Ocidente está em desacordo com o atual balanço de poder mundial e, por isso, advogam um novo modelo de governança compartilhada entre o Ocidente e o Oriente.

Um importante palco para as disputas hegemônicas atuais é o Nordeste da Ásia. Para analisar este contexto, o artigo “*O Nordeste Asiático como Eixo das Disputas Hegemônicas: competição e desestruturação da ordem regional*”, de Pedro Vinícius Pereira Brites, busca compreender o alcance global das tensões que permeiam a Península da Coreia e suas adjacências, como a China, o Japão e a Rússia, além dos Estados Unidos como potência extrarregional e como estas afetam a distribuição de poder no Sistema Internacional. O artigo foca as transformações na ordem regional no Nordeste Asiático desde o final da Guerra Fria até seus desdobramentos recentes e seus efeitos sobre as disputas hegemônicas e busca avaliar esses processos que vêm ampliando a tendência à militarização e competição na região e o papel que a dissuasão nuclear exerce como fator determinante para o balanço regional.

No entanto, além da China, há outro ator com um papel importante nesse interregno hegemônico: é o caso da Rússia. Nos últimos anos, a Federação Russa tem estado sob os holofotes globais devido a uma série de atitudes assertivas em sua vizinhança e mais além. Em seu artigo “*After the U.S. hegemonic retreat: Russia's Foreign and Security Policy in the Middle East*”, Ariel González Levaggi argumenta que a Rússia recuperou o seu status de grande potência devido à intervenção militar no Oriente Médio, a qual foi um subproduto do retrocesso hegemônico dos EUA após o fracasso do Iraque e a decisão de Obama de não agir na Síria. Ao mesmo tempo, a Rússia também tem operado com um grau aceitável de eficácia militar em uma ordem regional distante de sua zona de interesse imediata. González Levaggi conclui que o novo envolvimento fornece um indicador significativo da elevação do *status* da Rússia uma vez que as capacidades latentes se tornaram reais com a projeção de força militar no exterior.

Continuando com o caso russo, o texto “*Reascensão da política de segurança russa na Ásia Central por meio da Organização para Cooperação de Xangai (OCX)*”, de Alexandre César Cunha Leite; Arthur Mastroiani Maximo de Lucena; e Fábio Nobre, tem como finalidade abordar a expansão da política externa da Rússia na Ásia Central, por meio do estudo de caso na Organização para Cooperação de Xangai (OCX). A questão central do debate está em saber como a Rússia tem conseguido impor sua agenda de política externa em segurança na Ásia Central a partir de sua atuação na OCX, da qual a China é ator relevante.

Para além dos artigos do dossiê, apresentamos o texto de Julieta Zelicovich, “*Usos estratégicos de las negociaciones comerciales internacionales en un orden de hegemonías en disputa*”, que trata de discutir, no contexto da disputa pela hegemonia, o impacto da política comercial norte-americana do governo Trump nos cenários das negociações comerciais internacionais e como estas assumem um valor estratégico como instrumento de política internacional frente às transformações do cenário global.

Nessa perspectiva, esperamos que a leitura do volume 7, número 3 da BJIR, seja útil aos leitores de um modo geral, especificamente aqueles profissionais atuantes na área de Relações Internacionais e Políticas Públicas, e enriqueça ainda mais os debates sobre hegemonia, disputas hegemônicas e interregno hegemônico para os próximos anos.

Boa leitura a todos!

Daniel Morales Ruvalcaba (Sun Yat-Sen University) – Editor convidado

Julio Ortiz Luquis (City University of New York) – Editor convidado

Marcos Cordeiro Pires (Unesp) – Editor convidado

Marcelo Fernandes de Oliveira (Unesp) – Editor-Chefe